

Eram estas as observações que, sem prejuízo da continuidade dos nossos debates sobre a questão orçamentária, eu gostaria de trazer à consideração dos Deputados aqui no plenário como também àquelas que acompanham nossa manifestação pela TV Assembléia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Jorge Caruso. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado José Zico Prado. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Dorival Braga. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Rosmary Corrêa. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Mori. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Yves. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Williams Rafael. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Reynaldo de Barros. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Gilberto Nascimento. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Lobbe Neto. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Sidney Beraldo. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputada Terezinha da Paulina. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Valdomiro Lopes. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputada Mariângela Duarte.

O SR. CARLINHOS ALMEIDA - PT - Sr. Presidente, usarei o tempo da nobre Deputada Mariângela Duarte na condição de Líder da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Carlinhos Almeida, em nome da Liderança do PT.

O SR. CARLINHOS ALMEIDA - PT - *sem revisão do orador* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Assembléia, acabamos de participar da reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, que foi suspensa, para ser retomada no dia de amanhã. Esta Casa hoje, portanto, inicia praticamente o debate sobre a definição do Orçamento do Estado de São Paulo para o ano que vem.

Em várias oportunidades estive, da tribuna, advertindo, alertando, chamando a atenção dos Srs. Deputados, da opinião pública, daqueles que acompanham a vida da Assembléia, para algo que nos deixa perplexos. Mais um ano chegamos à discussão do Orçamento, com o relatório apresentado sem um prazo adequado para que os Deputados pudessem analisar, avaliar com a atenção que o projeto merece, sem nenhum debate com a sociedade civil, enfim, sem nenhum debate mais aprofundado sobre essa questão tão importante que é o Orçamento.

Não estamos tratando de qualquer matéria, de qualquer projeto. Estamos tratando dessa lei tão importante que define a previsão de recursos que o Estado vai arrecadar no ano que vem e estabelecer com esses recursos serão aplicados. São aproximadamente 50 bilhões de reais. É o maior orçamento que um Estado da Federação brasileira possui.

Nesse orçamento é que se estabelece quanto vai ser aplicado para a Educação no Estado de São Paulo, educação essa que sofre tanto, dentre outras coisas, por uma política equivocada, que estabeleceu no nosso Estado a aprovação automática de alunos, algo grave que nós denunciamos aqui nesta Casa. Apresentei, inclusive, um projeto suspendendo essa política, porque o que estamos vendo são crianças e jovens saírem da 4ª e 8ª séries sem aprender.

Aprovamos aqui um projeto do Deputado Carlos Zarattini que estabelece o máximo de 35 alunos por sala de aula. O projeto foi vetado pelo Governador. O veto está aqui para ser votado.

Este projeto do Orçamento do Estado de São Paulo estabelece recursos que vão garantir a possibilidade de uma escola não ter uma sala de aula com mais de 35 alunos, que vão estabelecer os recursos adequados para valorizar o profissional de Educação, o professor, o diretor de escola.

Nesse Orçamento estão previstos os recursos para a área da Saúde, que é uma grande prioridade de qualquer administração pública, Saúde que precisa ser garantida ao conjunto da população através do serviço público, que tem que ser de qualidade. Há municípios onde a população sofre com a falta de atendimento nessa área. Todos os dias acompanhamos crises em hospitais, Santas Casas, hospitais filantrópicos. É exatamente esse Orçamento do Estado que nós vamos votar, provavelmente nesta semana, que estabeleça os recursos que serão aplicados na Saúde; os recursos para o pagamento dos servidores públicos, para o funcionamento do Judiciário, para a manutenção das estradas paulistas, tudo estará sendo definido nesta semana através da votação do Orçamento. A aplicação dos recursos do Estado de São Paulo para os 365 dias será definida nesta semana. No entanto, Sr. Presidente, como já disse várias vezes, é como se nada estivesse acontecendo. O Governador não fez um processo de debate amplo com a sociedade. Não tivemos audiências públicas, não tivemos o Orçamento Participativo. Trata-se, entretanto, de uma matéria extremamente importante, que esta Casa precisaria tratar com mais cuidado.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - PT - *com assentimento do orador* - Meu Líder, Deputado Carlinhos Almeida, V.Exa. fala sobre o Orçamento e o descuido que o Governo tem tido com essa peça tão importante para todo o povo de São Paulo. O Orçamento de São Paulo não está voltado para uma política de desenvolvimento, de distribuição de renda e de criação de emprego. Parece, na discussão do Governo, que eles estavam querendo se apresentar para a sociedade como quem iria estabilizar a economia, equilibrar o Estado. Isso também não é verdade. A dívida hoje é de mais de 90 bilhões.

Nesta semana estamos discutindo - o que tem relação com o Orçamento - as contas do Governador.

No debate do orçamento do ano passado, a Bancada do PT alertava - V.Exa. e eu, como representante da Comissão de Finanças - que o Orçamento era uma peça de ficção da forma como o Governo tratava. Um dos problemas que nós apontávamos era a subestimação da receita, o que, aliás, o Governo vem fazendo há cinco anos. Além da margem legal que ele tem de tirar recursos de uma secretaria para outra, todo ano há uma sobra imensa de dinheiro que pode ser manipulada da forma que lhe aprouver. Apesar de nossa fiscalização, isso tem sido uma constante.

Qual é o significado disso tudo? Nós acabamos de votar as contas do Governador na Comissão de Finanças destacando o seguinte aspecto: por que não aprovar as contas do Governador?

Na sua apresentação das contas, há um superávit de 48 milhões. Na realidade, existe um déficit de 61 milhões, porque ele não pagou os precatórios, que giram em torno de 80 milhões e mais um empréstimo também de aproximadamente 80 milhões. Na realidade, existe um déficit já apontado pelo Tribunal de Contas que supera os 160 milhões.

Outro problema é o vício de origem em relação aos precatórios. O que o Governo faz? Coloca no Orçamento deste ano que vai pagar um determinado número de precatórios. Precatórios, para a população entender, são dívidas que já transitaram em julgado, não cabendo mais recurso. Cabe ao Governo pagar. Só que ao invés de pagar os precatórios postos naquele orçamento, ele paga os mais antigos. No entanto, criou-se o hábito no Governo do Estado

de não pagar os velhos, porque são antigos, e deixar os novos, que estão sem recursos previstos para serem pagos, enovelarem para também não cumprir esse compromisso. Por fim, há um problema grave - V.Exa. lembrou ontem no debate nesta Casa, que é a verba da CDHU, que estamos avaliando. Mesmo no Cigel, os dados não chegam precisos para a Assembléia, e todo ano sobram recursos da CDHU que poderiam ir para a construção de casas populares, a fim de minorar o problema da habitação no Estado de São Paulo, e têm ido para o Tesouro pagar a dívida, que tem aumentado. Por conta disso, votamos contra as contas do Governo, e, no debate do Orçamento deste ano, a nossa Bancada tem alertado a população sobre a forma como o Governo trata o Orçamento, que tem sido uma peça de ficção, e não um Orçamento para a sociedade democraticamente debater e para os Deputados da Casa poderem fiscalizar e indicar obras e ações importantes que o Governo deveria fazer, notadamente aquelas que têm a ver com o desenvolvimento econômico. Recordo-me da hidrelétrica Sérgio Motta, que tem funcionando oito turbinas e poderia ter 16 em funcionamento, se o Governo, com poucos recursos, desse uma contribuição para a produção de energia. No Orçamento deste ano, está previsto colocar em funcionamento apenas mais uma turbina. Esse Orçamento deveria também atender ao desenvolvimento das diversas regiões. Existem ações importantes no Vale do Paraíba, onde V.Exa. é o principal representante. Por exemplo, no mundo todo, as áreas urbanas têm metrô e transporte, e o Estado é o responsável. Aqui em São Paulo fica o "Deus dará", sem nenhuma atenção do Governo, para não falar da região do Vale da Ribeira que tem índice de pobreza semelhante ao do Nordeste. E outras coisas que o Orçamento desta Casa deveria apontar para ser feito na linha do desenvolvimento, da distribuição de renda e da criação de emprego, são deixadas para segundo plano, ficando para o Governo apenas o discurso. Muito obrigado pelo tempo e desculpe por ter usado quase sete minutos do tempo de V. Excelência.

O SR. CARLINHOS ALMEIDA - PT - Eu gostaria de agradecer, Deputado Cândido Vaccarezza, porque V.Exa. representa o nosso partido, Partido dos Trabalhadores, na Comissão de Finanças e Orçamento, e vem desenvolvendo um trabalho que todos nós da Bancada reconhecemos como importante na fiscalização e no debate sobre o Orçamento.

Quero inclusive registrar que V.Exa. apresentará na Comissão um voto em separado que levanta questões graves, como foi dito aqui. Uma das questões que V.Exa. levanta no seu voto em separado é a margem de remanejamento que o Governador pode fazer por decreto. Qual o sentido do Orçamento? Se o Orçamento vem à Assembléia, é debatido - ou, pelo menos, deveria ser debatido, se é aprovado como lei, se ele pode ser alterado, qual o sentido de o Governador ter a possibilidade de fazer créditos suplementares até 17% do total da despesa, e ainda adicionar a isso 20% a título de excedente de arrecadação, e mais a possibilidade de realizar operações de antecipação de receita orçamentária até 7% da receita? Isso torna o Orçamento, praticamente, uma peça de ficção, pois o Governador pode remanejar várias vezes todos os investimentos previstos na peça orçamentária.

Deputado Cândido Vaccarezza, eu lamento, sobretudo, aqui a falta de um debate maior, de um envolvimento da sociedade. Apresentei nesta Casa uma proposta de emenda constitucional e, depois, um projeto de lei criando um Orçamento participativo estadual. Eu acredito que é possível, mesmo no âmbito do Estado, definir o Orçamento junto com a população, com a participação da sociedade civil, das regiões.

Sabemos que hoje a grande maioria dos Prefeitos, Vereadores, da sociedade civil, quando têm alguma opinião, alguma demanda em relação ao Orçamento, têm de assumir aquela postura de "pires na mão", ou seja pedir ao Governador, quase como um favor, que faça um investimento na sua região, no seu município. É preciso mudar essa relação. Por isso, defendemos o nosso projeto - esperando votá-lo o mais rápido possível, segundo o qual o Governo estadual, ao definir o Orçamento, deverá realizar um processo de consulta à sociedade civil, envolvendo cada região deste Estado, para que possa dar sua opinião e participar efetivamente das decisões.

Temos a consciência de que não é possível realizar todos os investimentos e todos os serviços necessários no Estado de São Paulo, porque há limitações orçamentárias, mas exatamente por isso - ou talvez principalmente por isso - deveríamos ter no Estado de São Paulo um Orçamento participativo, um processo de consulta, de envolvimento da sociedade, democratizando a definição do Orçamento.

Da nossa parte, Sr. Presidente, esperamos que, nesse precário processo de discussão do Orçamento que temos, possamos, pelo menos, aperfeiçoar alguns aspectos. Dizia eu ao Líder do Governo que é importante que o Estado de São Paulo fortaleça alguns investimentos fundamentais. Apontamos, no debate do Orçamento, a necessidade de investimento na área de segurança pública, no planejamento regional, na área social, na educação, na saúde. Esperamos que, nesse pouco tempo que teremos para debate, possamos, de alguma forma, contribuir para aperfeiçoar o Orçamento do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - Tem a palavra o nobre Deputado Eli Corrêa Filho. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado José Resende. *(Pausa.)* Tem a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira, por permuta de tempo com o nobre Deputado José Carlos Stangarlini. Tem a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira, por permuta de tempo.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - PSDB - *sem revisão do orador* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos caminhando para as ações derradeiras deste ano na Assembléia Legislativa. Fizemos um esforço concentrado neste final de semana, para a aprovação de cinco matérias, entre elas o projeto do ICMS da habitação, que disponibilizará para o ano que vem mais de meio bilhão de reais para os programas habitacionais e de desenvolvimento urbano, numa visão mais integrada das ações do Governo do Estado e seus investimentos públicos, não somente na construção de casas e apartamentos, mas também numa visão mais ampla de intervenções urbanas, de recuperação de áreas degradadas, elevando a qualidade de vida, oferecendo infra-estrutura e dando condições de habitabilidade com maior conforto e dignidade daquelas populações mais necessitadas.

Queria, ao fazer esses comentários no dia de hoje, ao presenciar instantes atrás a votação da Comissão de Finanças e Orçamento, das contas do Sr. Governador do exercício de 2001, portanto parte dos últimos meses de vida do Governador Márcio Covas - janeiro, fevereiro e a primeira semana de março - e em seguida os meses sob o comando do governador Geraldo Alckmin até dezembro do ano passado.

O Tribunal de Contas não só recomendou a aprovação das contas como colocou, nos documentos enviados a esta Casa, louvar a uma série de componentes da execução

orçamentária, em especial o pagamento de precatórios. Havia uma expectativa no orçamento do ano passado de pagamento de 700 milhões de reais em precatórios e o Estado de São Paulo pagou mais de 900 milhões de reais em precatórios. Há instantes a Comissão de Finanças e Orçamento acolheu por aprovadas as contas do Governador do ano passado. A partir de hoje estarão sendo objeto de um processo que redundará num projeto de decreto legislativo e será submetido ao plenário desta Casa a partir da sua publicação no Diário Oficial.

Ao comentar as contas do Governador citamos outra matéria importante que estamos discutindo e apreciando nesta Casa, que é o Projeto de lei que trata do orçamento do Governo do Estado para o ano de 2003. Em todas as ações colocadas nos programas de cada área do Governo, sobretudo nas áreas sociais, como aconteceu nos últimos anos do Governo Covas e agora no Governo Alckmin, o incremento, ou seja, um aumento substancial de investimentos sobretudo nas áreas sociais, saúde, educação, segurança pública, assistência social, moradia e assim por diante. Portanto, além da preocupação com um aporte de recursos cada vez mais significativo para as áreas sociais, o Governo do Estado também vem realizando importantes obras nas áreas de infra-estrutura.

O Governador entregou este ano a asa oeste do Rodoanel, 32 quilômetros interligando cinco das dez principais rodovias que chegam a São Paulo - Anhangüera, Bandeirantes, Castelo Branco, Régis Bittencourt e Raposo Tavares. Caminha para o ano que vem um processo de discussão com a sociedade para, com o Conselho Estadual de Meio Ambiente, aprovar o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto do meio ambiente para a feitura do restante do Rodoanel - asas sul, leste e norte - uma ligação viária e perimetral em toda a região concêntrica da capital, distante em média 25 quilômetros do centro da capital, a Praça da Sé, de 170 quilômetros de distância.

Amanhã, terça-feira, às nove da manhã, o Governador Geraldo Alckmin inaugura a pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Uma obra importantíssima para o Estado de São Paulo, que vai aumentar em 70% a capacidade de utilização de veículos a partir de amanhã. Lembrando que a pista ascendente foi entregue na década de 70 e esta entregue agora, na virada do milênio, pelo Governador Geraldo Alckmin, com toda a tecnologia que permitiu a sua realização com um impacto ambiental 40 vezes menor do que foi na construção na década de 70. Para ter uma idéia, foram devastados 1.600 hectares de Mata Atlântica na década de 70 para a construção da Rodovia dos Imigrantes e para a construção da pista que amanhã se inaugura a devastação foi de 40 hectares. Quase toda a pista ou foi construída em pilares, suspensão, sem comprometer a nossa vegetação e a nossa Mata Atlântica, ou então através de túneis, evitando a devastação do nosso meio ambiente.

Já encerrando, Sr. Presidente, o nobre Deputado Carlinhos Almeida comentou aqui seu questionamento no que tange ao índice de remanejamento proposto no Projeto de lei do Orçamento de 17%. Não difere daquilo que o Executivo na Câmara Municipal de São Paulo oferece através de Projeto de lei da Prefeita Marta Suplicy para a apreciação dos Vereadores. Este é um índice de remanejamento que o Poder Executivo, seja do Governo do Estado ou da capital entende correto.

Quando aprovamos, no primeiro semestre, a Lei de Diretrizes Orçamentárias que orienta toda a feitura do Projeto de lei do Orçamento, aprovamos a realização, se não me falha a memória, de 17 audiências públicas, todas realizadas ao longo dos meses que antecederam a entrega do Projeto de lei do orçamento na Assembléia Legislativa. Portanto, foi cumprido todo um ritual de participação da sociedade, tanto do interior quanto da região metropolitana na oferta de sugestões nos investimentos e aplicações dos programas de políticas públicas que o Governo do Estado irá, certamente, realizar a partir de janeiro do ano que vem, com a aprovação do seu orçamento por esta Casa.

- Assume a Presidência a Sra. Rosmary Corrêa.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PMDB - Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, vamos passar à Explicação Pessoal.

- Passa-se à

EXPLICAÇÃO PESSOAL

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORRÊA - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Newton Brandão.

O SR. NEWTON BRANDÃO - PTB - Ilustre Presidente, nobre Deputada Rosmary Corrêa, Srs. Deputados, hoje, ao olhar a nossa pauta, vários temas de importância chamaram a nossa atenção. Para mim, não foi surpresa, porque esta Casa além de ser a Casa que julga, faz, modifica as leis, também cuida de fiscalizar não somente o orçamento, mas toda a atividade; é uma Casa rica em fatos e em acontecimentos dignos e nobres.

Não passou aqui por São Paulo nenhuma grande autoridade internacional que não viesse aqui receber e prestar sua homenagem a nossa terra. Somos testemunhas dos grandes valores que por aqui passaram. Vou citar só um deles, que para nós é a síntese de todos os outros, que é o nobre Deputado da África do Sul, que foi Presidente, Nelson Mandela. Poderíamos citar uma longa fila de pessoas que por aqui passaram, mas o meu tempo é escasso e hei de ser rápido.

Passaram por aqui não apenas personalidades internacionais e do Brasil não ficou nenhuma autoridade, seja do mundo cultural, que não recebesse as homenagens desta Casa. Quando Gilberto Freyre comemorou o seu centenário, esta Casa lhe prestou merecida homenagem. Agora, em São Paulo e em Santo André, Jorge Amado recebe as homenagens na Livraria Alfarrábio com a visita da ilustre Sra. Zélia Gattai para ali inaugurar um busto deste grande escritor brasileiro. Poderíamos citar uma legião. Euclides da Cunha também foi homenageado por esta Casa e Santo André se fez presente.

Isso é importante porque a Casa precisa estar em consonância com a cultura brasileira e com aqueles homens de letras que em toda hora e em todo momento anteciparam aquilo que viria a ser destaque da vida do nosso povo.

- Assume a Presidência o Sr. Salvador Khuriyeh.

Vejo aqui o ilustre e nobre Deputado Sidney Beraldo propondo no mapa cultural de São Paulo a Semana de Malba Tahan, na cidade de Queluz, na divisa com o Estado de Rio de Janeiro, o que eu acho muito importante.

Há alguns anos, recebemos a visita deste nobre escritor e matemático, Prof. Júlio César de Mello e Souza, que foi convidado pela Igreja Adventista de nossa cidade para ali fazer uma série de manifestações intelectuais. Quando Prefeito, recebi a visita do ilustre palestrante em um dos nossos queridos e grandes auditórios da Prefeitura, sendo levado ali pelo grande líder do comércio e religioso, Sr. Apolinário. Quero deixar bem claro que não é esse político que esteve nesta Casa e que foi candidato, foi outro Apolinário. Sua esposa, Presidente da Associação de Damas, Dorcas, com quem sempre tivemos o melhor relacionamento, pediu-me para cumprimentar este ilustre visitante. Fomos e após a palestra houve algumas perguntas ao ilustre Professor Mello e Souza.

Uma das perguntas era por que este apelido, este pseudônimo, de Malba Tahan. Ele contou-nos que estava tomando um chopinho gelado com batatinhas fritas na Cinelândia, quando um motorista de praça, seu amigo, lhe convidou para ir a uma sessão espírita. Ele falou: "Mas eu não sou espírita, o que vou fazer lá?" Mas o pedido, até mesmo uma imposição do amigo, era irrecusável. Lá foi o nosso Prof. Mello e Souza para o centro espírita. Como ele não pertencia àquela entidade, ele ficou sentado ali ao lado vendo os acontecimentos.

Segundo o depoimento dele, lá pelas tantas, uma daquelas pessoas disse que recebeu uma entidade religiosa, que falava: "O que este cidadão está fazendo aqui?" Os irmãos tentaram acalmar essa pessoa e a pessoa que estava incorporada não descansava: "Este cidadão não é boa gente!" Perguntaram-lhe: "Você conhece este cidadão?" Responderam: "Conhecemos muito. Lá no antigo Egito, era um leproso, que só criava problemas." Perguntaram-lhe: "Como ele se chamava no Egito?" Responderam: "Malba Tahan."

Essas sugestões acontecem e ele, preocupado com essa idéia de se chamar Malba Tahan, depois de acalmado os acontecimentos, foi à biblioteca e viu escrito mesmo sobre Malba Tahan, que foi um matemático no Egito. Ele ficou profundamente impressionado com a leitura e sobre a existência de Malba Tahan e ficou mais preocupado ainda porque Malba Tahan do Egito realmente foi um leproso.

Assim, o nosso Malba Tahan, o Prof. Mello e Souza, por influência dessa sessão, começou a se dedicar ao estudo da Leprologia, o Mal de Hansen. Estudioso, homem competente, capaz e, apesar de nunca ter estudado Medicina, aprendeu tanto sobre o tema que o ilustre Presidente da República Juscelino Kubitschek - os dois maiores Presidentes do Brasil foram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek - convidou Malba Tahan para dirigir o Departamento Nacional de Combate à Hanseníase, a lepra. Ele aceitou e trabalhou muito nessa área em benefício não só na prevenção e no tratamento, mas na reintrodução social desses pacientes à sociedade.

- Assume a Presidência a Sra. Rosmary Corrêa.

Então, temos um carinho muito grande pelo Prof. Júlio Cesar de Mello e Souza, o nosso Malba Tahan e queremos sim cumprimentar o ilustre Deputado quando em boa hora lembrou de homenageá-lo com uma semana de estudos. Não há um de nós, nesta Casa, que na juventude não tenha ganhado um livro de Malba Tahan, como "O Homem que Calculava" e outras bibliografias.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - PT - *com assentimento do orador* - Como V.Exa. está fazendo quase uma palestra com uma fala que considero magistral, usarei apenas um minuto. Quero somar-me à colocação de V.Exa., como médico que sou, e por Malba Tahan. O primeiro livro de Júlio César de Mello e Souza que li, com 17 anos, foi "O Homem que Calculava". Dois anos depois, li "As Diaburras da Matemática". Acredito que esse autor tenha um legado cultural para toda nossa geração, para as próximas gerações e para as que já se foram, por isso, não pode ser esquecido por esta Casa. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NEWTON BRANDÃO - PTB - Fico muito feliz com a manifestação do nobre Deputado Vaccarezza porque compreendo o sentimento da Casa em homenagear os nossos grandes vultos. Todas essas grandes personalidades têm sido homenageadas em Santo André, onde o movimento cultural é de grande efervescência. O meu amigo Vaccarezza, que também pertence à nossa região, sabe que agora temos uma grande atividade. Agora o autor foi homenageado na grande livraria Alfarrábio, de Santo André. A livraria nos trouxe a Dona Zélia Gattai, para a inauguração de um busto de Jorge Amado. Ela, que escreveu livros e que muito fala sobre a região do ABC, sobretudo São Caetano, temos que homenageá-la, pois temos uma dívida muito grande com a autora. Zélia Gattai é uma grande representante da nossa Academia de Letras. Nessa livraria encontramos as grandes intelectualidades de Santo André, do ABC e de São Paulo, e ficamos muito felizes quando vemos esta realidade.

Sei que há temas mais próximos de nós, como a fome, a violência, o desemprego, etc.. Todos estes temas são muito importantes e merecem das autoridades uma visão muito especial, muito próxima e uma atuação muito decidida, mas não é também só de pão que vive o homem. Temos outras realidades e é sobre essas realidades que às vezes assomo à tribuna para tratar. Não podemos esquecer que esses grandes vultos pátrios construíram a nossa capacidade, a nossa inteligência, inclusive o nosso espírito de brasilidade. Então, quando se lê "Os Sertões", "Casa Grande e Senzala" e Buarque de Holanda com seus livros, sabemos que o grande arcabouço da nossa estrutura social advém desses grandes escritores. Estava acabando de ler "Sobrados e Mucamos", uma literatura amena e interessante para esse fim de semana na praia. É deles que precisamos.

Confesso que não li nenhum artigo do Presidente Fernando Henrique, mas S. Exa., quando deixar a Presidência, diz que vai escrever. E passarei a ler para ver o que houve no período dos oito anos que passamos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - ROSMARY CORREA - PMDB - Está esgotado o objeto da sessão. Srs. Deputados, esta Presidência, nos termos do § 4º, Art. 9º, da Constituição Estadual, tendo em vista a não apreciação do Projeto de Lei nº 614, de 2002, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2003, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2002, que considera regulares e aprova as contas do Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício de 2001, informa a continuidade desta sessão legislativa, que terá como objeto os dois projetos citados pendentes de instrução. Assim, convocó V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, tendo como Ordem do Dia o requerimento propondo regime de urgência ao PDL nº 7, de 2002. Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATOS DA MESA:

DE: 23.01.2003

- A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, DECIDE:

Artigo 1º - Fica acrescido ao inciso II do Ato nº 40, da Mesa, de 12 de dezembro de 2001, as seguintes alíneas:

"II -
d - Serviço Técnico de Contabilidade;
e - Serviço Técnico de Programação Financeira."

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação.

(Ato nº 01/2003)

- A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a cessão e permuta dos Gabinetes destinados aos Senhores Deputados, tendo em vista a proximidade do término, em 15 de março vindouro, da atual legislatura, RESOLVE: